Bruxelas, 26 de Fevereiro de 2007

A Comissão abre o debate sobre uma gestão das pescarias baseada nos direitos de pesca

A Comissão apresentou hoje uma Comunicação relativa aos instrumentos de gestão das pescarias com base nos direitos de pesca, que se destina a lançar um debate sobre os sistemas de gestão da pesca. A Comissão pretende promover uma melhor compreensão da forma como são estabelecidos e utilizados na União Europeia os direitos de pesca, nomeadamente as licenças, as quotas de pesca individuais, os dias no mar e/ou o acesso limitado aos pesqueiros, assim como debater sobre as melhores práticas. A Comunicação avalia vários sistemas, atendendo à sua contribuição para a consecução dos objectivos da política comum da pesca. O estabelecimento de sistemas de gestão das pescarias é da competência dos Estados-Membros. Contudo, as suas características têm uma influência na situação económica das frotas comunitárias. Em consequência, a Comissão pretende lançar um debate sobre estas questões com os interessados e os Estados-Membros e voltar a examinar este assunto no início de 2008.

«O meu objectivo é assegurar que o presente relatório suscite um amplo debate sobre a evolução dos direitos de pesca na União Europeia e sobre a forma como estes últimos podem contribuir para assegurar a sustentabilidade das pescarias. O debate contribuirá para esclarecer as opções que se oferecem aos Estados-Membros no respeitante à definição dos seus sistemas de gestão. Nesse contexto, este debate afigura-se um elemento importante dos esforços comuns envidados para melhorar a gestão da PCP», declarou Joe Borg, Membro da Comissão responsável pelas Pescas e Assuntos Marítimos.

A gestão das pescarias com base nos direitos de pesca inclui qualquer sistema de repartição de direitos de pesca individuais pelos pescadores, navios de pesca, empresas, cooperativas ou comunidades de pescadores. Esses sistemas, que existem, de uma forma ou outra, em qualquer regime de gestão das pescarias, definem fundamentalmente os direitos de utilização dos recursos haliêuticos. Os direitos de pesca têm um valor e podem ser objecto de transacção. A transacção de direitos de pesca foi analisada pela primeira vez no contexto da reforma da política comum da pesca, altura em que a Comissão se comprometeu a apresentar um relatório sobre a possibilidade de os sistemas de gestão das pescarias comunitários e/ou nacionais conterem disposições relativas a direitos de pesca transaccionáveis, que podem ser individuais ou colectivos.

Os mercados em que são negociados direitos de pesca existem na maior parte dos Estados-Membros. Nalguns deles, os regimes nacionais especificam que os dias no mar ou uma parte da quota de capturas podem ser vendidos ou cedidos em locação. Noutros, é necessário comprar um navio de pesca para adquirir mais direitos de pesca. O grau de transparência ou de abertura destas transacções pode variar muito consoante o modo de formalização do sistema. Na realidade, mesmo quando não estão previstos no direito nacional, estes mercados existem de facto na maior parte dos Estados-Membros. O custo de aquisição dos direitos é, por vezes, considerável e pode ter um impacto importante na evolução do sector das pescas. O debate em torno da gestão baseada nos direitos de pesca deve explorar formas que permitam garantir uma maior transparência, reforçar a certeza e a segurança jurídicas e assegurar, a prazo, uma maior eficiência económica aos pescadores, minimizando, assim, os custos para o resto da sociedade.

O debate deve também debruçar-se sobre os efeitos negativos potenciais destes sistemas, nomeadamente o risco de se verificar uma concentração dos direitos num número reduzido de grandes empresas, em detrimento de pequenas comunidades de pesca costeiras, assim como sobre as formas de evitar esses efeitos.

Durante o período de consulta, que deverá prolongar-se por um ano, a Comissão realizará estudos e organizará seminários e reuniões. A Comissão fará um resumo do debate e avaliará a necessidade de lhe dar seguimento a nível comunitário e nacional no primeiro trimestre de 2008.

Ver também: [MEMO/07/84](#)